

2023-2026 |



PROJETO EDUCATIVO



Aprovado em Conselho Pedagógico em 16/03/2023
Aprovado em Conselho Geral em 27/04/2023

Entrada em vigor a 1 de setembro de 2023

Uma escola humanista com resultados de qualidade

Índice

1. Introdução	3
2. Caracterização do agrupamento	5
2.1. Ambiente externo	5
2.2. Ambiente interno	6
3. Diagnóstico estratégico específico	9
4. Missão, visão e valores	12
5. Plano de Ação Estratégica	14
5.1. Linhas de orientação estratégicas	14
5.2. Áreas estratégicas	14
<i>A - Sucesso Educativo</i>	<i>14</i>
<i>B-Gestão e Organização Escolar</i>	<i>16</i>
<i>C- Cultura de Escola e Clima Educativo</i>	<i>17</i>
6. Divulgação	20
7. Monitorização e Avaliação	21

1. Introdução

O Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa (AEPROSA), criado e homologado em 24 de abril de 2013, foi o resultado da integração de dois agrupamentos verticais (AV) – AV Dr. José Neves Júnior e AV Poeta Emiliano da Costa – e de uma escola secundária (ES) – ES Pinheiro e Rosa. É constituído por nove escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino: Escola Básica de Bordeira, Escola Básica da Conceição, Escola Básica de Estoi, Escola Básica da Lejana, Escola Básica de Santa Bárbara de Nexe, Escola Básica N.º 5 de Faro, Escola Básica Dr. José Neves Júnior, Escola Básica Poeta Emiliano da Costa e Escola Secundária Pinheiro e Rosa (sede do agrupamento).

O Agrupamento tem um histórico de inovação, inclusivamente prévio à sua constituição, designadamente, introdução de turmas do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criação de ofertas formativas diferenciadas e trabalho para comunidades de culturas divergentes, implementação de pares pedagógicos, Projeto Comenius e Erasmus+, Contrato de Autonomia, parcerias e protocolos com organizações da comunidade, ao mesmo tempo que está centrado no bem-estar da comunidade escolar e nos resultados académicos individuais dos alunos (resultados elevados nos *rankings* de resultados de exames nacionais).

No ano letivo de 2017/2018, integrou o grupo de escolas piloto do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular. Das principais medidas então implementadas, manteve-se a aposta no trabalho interdisciplinar, baseado em trabalho de projeto, na articulação disciplinar e sua ligação às questões das sociedades contemporâneas, e nas dinâmicas de avaliação das aprendizagens e para as aprendizagens centradas na diversificação dos instrumentos utilizados e no *feedback* de qualidade aos alunos.

No ano letivo de 2021/22, o Agrupamento foi sujeito ao 3º ciclo de Avaliação Externa das Escolas com classificação de Muito Bom nos domínios de autoavaliação, liderança e gestão, prestação do serviço educativo e resultados. O relatório emanado por esta estrutura reflete-se no diagnóstico estratégico específico.

O Projeto Educativo do AEPROSA é um documento estratégico, orientador da ação educativa do agrupamento que, no quadro da sua autonomia, traduz as opções de política educativa para o próximo

triénio, constituindo-se simultaneamente como um instrumento operativo para os profissionais que nele trabalham e um guia informativo para pais, alunos e comunidade em geral sobre as suas opções escolares e profissionais.

2. Caracterização do agrupamento

2.1. Ambiente externo

Para realizar esta análise, foi utilizada a metodologia PEST (Política, Económica, Social e Tecnológica), enquadrando essas quatro dimensões nos fatores externos.

O agrupamento de escolas Pinheiro e Rosa localiza-se em Faro, capital de distrito e de concelho. Com uma população de 67 582 habitantes (de acordo com os Censos 2021), o concelho possui 202,5 km² e subdivide-se em quatro freguesias: União de Freguesias de Faro (Sé e São Pedro), União de Freguesias de Conceição e Estoi, Santa Bárbara de Nexe e Montenegro.

O concelho de Faro é delimitado a norte e oeste pelo concelho de São Brás de Alportel, a este pelo concelho de Olhão, a oeste pelo concelho de Loulé e a sul pela Ria Formosa, um sistema lagunar de 19 km de comprimento, cujas ilhas-barreira comunicam com o mar através de seis barras marítimas.

Com a retoma económica, o concelho tem registado uma evolução positiva do crescimento populacional, atraindo tanto nacionais como imigrantes que têm contribuído para a renovação demográfica, oriundos sobretudo do Brasil, do leste europeu e, mais recentemente, dos países do Magrebe e países asiáticos (Bangladesh, Paquistão, Índia e Nepal).

A nível do desenvolvimento económico e social, o concelho registou também uma evolução significativa, ocupando a 8.ª posição a nível nacional no estudo da *Bloom Consulting Portugal City Brand Ranking 2019*¹. Neste mesmo ranking, a cidade de Faro ocupa a primeira posição na performance regional (1.º em Negócios, 3.º em Visitar e 1.º em Viver).

Devido ao seu papel central como capital regional, Faro dispõe de infraestruturas e serviços públicos importantes para a região. Como sede de distrito, a cidade concentra os serviços públicos regionais, estando dotada dos principais equipamentos da região, nomeadamente ao nível da saúde, educação,

¹ <https://www.bloom-consulting.com/pt/bloom-consulting-portugal-city-brand-rankingindex.html#/?municipality=124>.

Avalia a *performance* e atratividade da marca dos 308 municípios portugueses, analisando os negócios, o turismo e as condições de vida.

cultura, segurança social e justiça. O interior do concelho é servido por uma rede deficitária de transportes urbanos que através de carreiras regulares, o ligam a todo o Algarve.

A maior parte da população ativa desenvolve atividades no setor terciário, designadamente no comércio, serviços e administração pública. A atividade industrial, construção e atividade piscatória têm ainda alguma expressão.

Nas freguesias rurais, a agricultura é uma das atividades económicas predominantes, a par de outras decorrentes do crescente desenvolvimento dos serviços, comércio, construção civil e atividades ligadas ao turismo. Nas duas últimas décadas, estas freguesias têm-se tornado zonas dormitório para muitos residentes que trabalham no comércio e serviços instalados nas zonas litorais do concelho de Faro e limítrofes. De igual forma, são muitos os cidadãos de nacionalidade estrangeira que procuram estas freguesias para segunda habitação ou mesmo para se radicarem, tornando-se assim parte integrante do tecido social local.

2.2. Ambiente interno

O agrupamento serve uma população bastante heterogénea, constituindo um permanente desafio à sua capacidade de adaptação. Muitas famílias dos alunos que o frequentam auferem rendimentos baixos. Os problemas socioeconómicos refletem-se nas vivências e experiências dos alunos, assim como nas necessidades básicas, como a alimentação e a saúde. Cerca de metade dos alunos (47,86%) têm escalão A ou B do subsídio de Ação Social Escolar. A percentagem de alunos de nacionalidade estrangeira é de 15,23% (379 alunos), sendo o Brasil o país de origem da maior parte destes alunos (139 alunos).

As escolas do agrupamento dispõem de todas as salas de aula equipadas com computador, videoprojector, sistema de som e ligação à internet, de salas de trabalho para os educadores/professores, refeitório e espaços exteriores com campos de jogos; algumas estão também dotadas de salas de atendimento e biblioteca. Nas escolas de 2.º e 3.º ciclo e na secundária, existem ainda salas de diretores de turma e diretores de curso, salas de atendimento de encarregados de educação, salas de trabalho e de reuniões e salas da direção para trabalho, reuniões e atendimento. Em relação aos serviços, estas escolas dispõem de biblioteca, reprografia, papelaria, bufete, refeitório

e serviços administrativos. Para o apoio aos alunos, além do Serviço de Ação Social Escolar (SASE), existem o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), o Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA), o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) e a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI).

O agrupamento tem estabelecido diversas parcerias e protocolos com empresas, instituições e organizações não governamentais (ONG), destacando-se a Universidade do Algarve, a Câmara Municipal de Faro, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Faro (CPCJ), o ACES-Central, a Cruz Vermelha Portuguesa, o Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro, entre outras.

A oferta formativa do agrupamento é constituída pela educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário. No ensino básico, além das turmas do ensino básico geral, há turmas de outras ofertas formativas com 15 alunos (0,55%) em Cursos de Educação e Formação e com 33 alunos (1,2%) no Programa Integrado de Educação e Formação de 2º e 3º ciclo. No ensino secundário, além dos cursos Científico-Humanísticos, a oferta formativa estende-se a cursos profissionais, que abrangem várias áreas, sendo frequentados por 41,6% dos alunos dessa escola.

O número total de alunos a frequentar este agrupamento tem aumentado no último triénio, passando de 2486 em 2018/19, para 2752 alunos presentemente. Este aumento deve-se sobretudo ao forte investimento na melhoria do serviço educativo prestado, na articulação interciclos das várias escolas deste agrupamento e no prestígio que o agrupamento tem granjeado entre a comunidade fareense.

Tabela 1 – Distribuição de alunos pelas diversas escolas do Agrupamento.

Escola	Total de alunos em 2019/20	Total de alunos em 2022/23
Escola Básica da Conceição	194	202
Escola Básica da Lejana, Faro	363	349
Escola Básica de Bordeira	67	67
Escola Básica de Estoi	113	124
Escola Básica de Santa Bárbara de Nexe	75	85
Escola Básica de Vale de Carneiros, Faro	251	239
Escola Básica Dr. José Neves Júnior, Faro	571	686
Escola Básica Poeta Emiliano da Costa, Estoi	324	308
Escola Secundária Pinheiro e Rosa, Faro	537	708

Total AEPROSA	2496	2752
----------------------	-------------	-------------

Os recursos humanos a desempenhar tarefas no agrupamento são, no total, 435 profissionais.

Tabela 2 – Recursos humanos a desempenhar funções no Agrupamento.

Recursos Humanos	2019/20	2022/23
Docentes Quadro de Agrupamento	178	173
Docentes Quadro de Zona Pedagógica	21	45
Docentes contratados	62	70
Assistentes técnicos	27	26
Técnicos superiores	3	5
Assistentes operacionais	91	116
Totais	382	435

No ano letivo de 2022/23, a média de idades do corpo docente centra-se nos 51 anos, sendo que 54,51% dos docentes (157) tem mais de 50 anos e apenas 1,39% (4) tem menos de 30 anos de idade. A maioria dos docentes pertence ao género feminino (79,51%). Apenas 48 docentes têm menos de 5 anos de serviço (16,67%). O corpo não docente é constituído maioritariamente por elementos do género feminino (79,84%).

3. Diagnóstico estratégico específico

Para realizar este diagnóstico, foi utilizada a metodologia SWOT (análise de pontos fortes, fragilidades, oportunidades e ameaças/constrangimentos).

PONTOS FORTES	FRAGILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • O desenvolvimento de procedimentos sistemáticos, bem estruturados e abrangentes de autoavaliação. • A auscultação da comunidade escolar e a divulgação da informação recolhida, com efeitos na tomada de decisões. • O planeamento estratégico de práticas de autoavaliação em áreas específicas da organização escolar, em particular na dimensão pedagógica. • A visão estratégica partilhada pelos diferentes atores educativos. • O exercício de uma liderança de proximidade, disponível, de cariz humanista e democrático. • A dinamização de vários projetos, através de parcerias e protocolos consolidados, com notáveis repercussões na mobilização de recursos, na diferenciação dos contextos de aprendizagem e na inovação das práticas pedagógicas. • A concretização de diversas atividades que potenciam o desenvolvimento pessoal e socioemocional das crianças e dos alunos. • A valorização das dimensões cultural, científica, artística e desportiva, patente na oferta formativa e num conjunto alargado de iniciativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca consolidação das aprendizagens essenciais e áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. • Falta de consolidação dos processos de avaliação pedagógica tendo por referência o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, as Aprendizagens Essenciais e a Estratégia Nacional para a Cidadania e Desenvolvimento. • Assimetrias observadas nos resultados das diferentes escolas do agrupamento. • Falta de consolidação de uma cultura de autorregulação e o impacto das práticas autoavaliativas nos processos de ensino e de aprendizagem, de modo a reforçar a intencionalidade da ação educativa e melhorar os resultados académicos. • Falta de uma estratégia mais assertiva de comunicação que permita a apropriação, por parte de todos os atores educativos, dos documentos orientadores do agrupamento, por forma a potenciar uma ação ainda mais integrada e integradora. • Definição não adequada de algumas das metas estipuladas para os objetivos delineados no projeto educativo, de modo a assegurar a monitorização e a avaliação

<ul style="list-style-type: none"> • A promoção da equidade e da inclusão. • O trabalho empreendido no âmbito da educação para a cidadania, orientado para a assunção de responsabilidades, por parte de crianças e alunos, e para uma intervenção proativa na sociedade. • O contributo da dinâmica pedagógica e social desenvolvida no agrupamento para o desenvolvimento da comunidade local. • Reconhecimento da qualidade da educação e formação proporcionadas, com repercussão na captação de novos alunos. • A valorização dos trabalhos e dos sucessos das crianças e dos alunos, através da exposição das suas produções nos espaços escolares e da comunidade e da atribuição de diplomas e prémios. 	<p>rigorosas do seu grau de concretização e conhecer o seu impacto nas aprendizagens.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouca articulação vertical e horizontal do currículo, nomeadamente através de domínios de autonomia curricular que permitam dar maior significado às aprendizagens e potenciar resultados mais sustentáveis. • Falta de qualidade da informação devolvida aos alunos e às famílias que fomente a regulação das aprendizagens e a diferenciação pedagógica. • Existência de diferentes realidades culturais/pedagógicas/organizacionais nas diferentes escolas do agrupamento. • Caducidade do parque informático. • Mau estado de conservação do imobilizado de algumas escolas.
--	--

<p>OPORTUNIDADES</p>	<p>CONSTRANGIMENTOS</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de projetos inovadores. • Promoção de novas parcerias com a comunidade de forma a dinamizar projetos que respondam às necessidades e interesses do agrupamento. • Interligação dos projetos com o currículo formal (Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e Aprendizagens Essenciais). • Estreitamento e consolidação de parcerias com as entidades científicas, sociais, culturais e artísticas da comunidade. • Estabilidade legislativa no que diz respeito à organização da escola, cursos e currículo. • Articulação com outros agrupamentos da cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dispersão geográfica das escolas do agrupamento. • Escolas de 1.º ciclo sem gabinetes/salas de trabalho/sala de professores/biblioteca. • Dificuldades económicas das famílias. • Exclusão social das famílias. • Gestão de técnicos especializados (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas, animadores socioculturais, etc.). • Gestão de docentes de educação especial para fazer face ao aumento sucessivo do número de crianças e alunos com necessidades educativas especiais.

-
- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Relatório de avaliação externa por parte da Inspeção-Geral da Educação e Ciência.• Aposta na Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ferramentas de aprendizagem e divulgação da informação. | <ul style="list-style-type: none">• Número de horas reduzido para as necessidades do agrupamento atribuídas no âmbito do Centro de Recursos para a Inclusão.• Substituição de assistentes operacionais/técnicos em caso de doença.• Maior dificuldade na substituição de docentes.• Deficiente rede de transportes.• Excesso de tarefas burocráticas decorrentes da legislação em vigor.• Envelhecimento da classe docente.• Crédito horário exíguo para o desempenho de projetos pedagógicos e gestão escolar.• Diversidade linguística e cultural dos alunos e respetivas famílias. |
|---|--|

4. Missão, visão e valores

O agrupamento de escolas Pinheiro e Rosa tem por missão oferecer à comunidade um serviço educativo de qualidade, garantindo um ambiente participativo e cooperativo, aberto e integrador, numa escola comprometida com os desafios colocados pela legislação em vigor, designadamente o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, o Decreto-Lei n.º 54/2018, a Lei n.º 116/2019 de 13 de setembro, o Decreto-Lei n.º 55/2018 e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2019, de 21 de fevereiro.

Assim, a missão deste agrupamento centra-se no contributo que deverá dar para a construção de uma sociedade mais justa, socialmente responsável, democrática, saudável e feliz.

Esse contributo, que visa a qualificação individual e a cidadania democrática, traduz-se na apropriação efetiva de conhecimentos, capacidades e atitudes, desenvolvendo as competências que permitam aos alunos deste agrupamento de escolas prosseguir, com sucesso, a sua formação académica, de nível superior ou não, ou a sua entrada no mercado de trabalho.

A globalização contrai o tempo e o espaço, pelo que estes alunos serão já de uma geração de cidadãos do mundo, e isso requer aprendizagem por se tratar de uma área de desenvolvimento humano. Assim, compete à escola, em sentido lato, e a este agrupamento em particular, a responsabilidade de garantir um conhecimento sólido e de desenvolver as competências e os valores que preparam os jovens e as crianças de hoje para interagir social e profissionalmente de forma adequada, isto é, tirando vantagens e benefícios próprios enquanto contribuem para uma sociedade progressivamente melhor.

Pretende-se, de facto, promover a formação de cidadãos autónomos, adaptáveis, com sentido crítico e atitudes de cidadania. Este caminho será percorrido numa conjugação permanente de valores que primam pela qualidade do ambiente interno e também das relações externas, exigência e reconhecimento, integração e respeito pelas diferenças, responsabilidade e humanismo.

Este deverá ser o perfil de cidadão que o país e o mundo precisam para enfrentar uma sociedade global em permanente mudança económica, social e de valores.

A visão e os valores preconizados neste Projeto Educativo devem ser partilhados e implementados por toda a comunidade escolar.

5. Plano de Ação Estratégica

5.1. Linhas de orientação estratégicas

A partir dos dados da avaliação interna e externa e das opiniões e propostas resultantes da reflexão conjunta e de entrevistas, foi possível definir as áreas estratégicas, os objetivos e as estratégias de intervenção que constam dos quadros seguintes. As metas que o agrupamento se propõe atingir estão organizadas em função das áreas e objetivos estratégicos enunciados.

5.2. Áreas estratégicas

Foram identificadas três áreas de intervenção:

- A. Sucesso Educativo**
- B. Gestão e Organização Escolar**
- C. Cultura de Escola e Clima Educativo**

A - Sucesso Educativo

Inclui estratégias com reflexo nos resultados escolares, no absentismo e na saída precoce do sistema educativo assim como o impacto do agrupamento no prosseguimento de estudos. Integra resultados dos diferentes percursos escolares assim como os decorrentes das medidas de inclusão.

Objetivos	Estratégias/Ações	Metas
A1. Melhorar os resultados académicos no Ensino Básico.	Implementação de práticas pedagógicas inovadoras e diversificadas. Implementação de medidas diversificadas de promoção do sucesso.	Aproximar a percentagem de alunos do agrupamento que concluem o 1.º ciclo em cada escola ao diferencial de 3% da média nacional ⁽¹⁾ .

Objetivos	Estratégias/Ações	Metas
	<p>Reforço do trabalho das equipas pedagógicas por disciplina, por turma, por ano de escolaridade e por ciclo, a fim de se articular (horizontal e verticalmente) e harmonizar metodologias, critérios, modalidades e instrumentos de avaliação e aferição de processos e resultados.</p> <p>Criação/adesão a projetos promotores das diversas literacias.</p>	<p>Aproximar a percentagem de alunos do agrupamento que concluem o 2.º ciclo em cada escola ao diferencial de 3% da média nacional⁽¹⁾.</p> <p>Aproximar a percentagem de alunos do agrupamento que concluem o 3.º ciclo em cada escola ao diferencial de 3% da média nacional⁽¹⁾.</p>
<p>A2. Melhorar os resultados académicos no Ensino Secundário (Cursos Científico-Humanísticos).</p>	<p>Promoção de parcerias com entidades locais para aprofundamento do currículo.</p>	<p>Aproximar a percentagem de alunos do agrupamento que concluem o ensino secundário ao diferencial de 3% da média nacional⁽¹⁾.</p>
<p>A3.1. Melhorar os resultados académicos no Ensino Secundário (Cursos Profissionais).</p>		<p>Aproximar a percentagem de alunos do agrupamento que concluem o ensino profissional ao diferencial de 3% da média nacional⁽¹⁾.</p>
<p>A3.2. Melhorar os resultados académicos de outras ofertas formativas (PIEF).</p>		<p>Atingir a percentagem de 50% de alunos de PIEF que concluem o seu percurso no número de anos previsto.</p>
<p>A4. Premiar os resultados escolares dos melhores alunos.</p>	<p>Promoção de atitudes exemplares de desenvolvimento de capacidades e superação das dificuldades, e de iniciativas ou ações exemplares no âmbito da solidariedade social.</p>	<p>Manter em 10% a percentagem de alunos distinguidos com o Prémio de Excelência atribuído anualmente, por ciclo.</p>
<p>A5. Valorizar atitudes que promovam a cidadania.</p>		<p>Aumentar para 1% a percentagem de alunos distinguidos com o Prémio de Valor atribuído anualmente.</p>
<p>A6. Promover o ingresso dos alunos no ensino superior.</p>	<p>Participação/implementação de atividades de sensibilização para continuação de estudos pós-secundário.</p> <p>Articulação com instituições do ensino superior da região.</p>	<p>Consolidar a percentagem de 90% de alunos que ingressam no ensino superior após candidatura.</p>

(1) Dados de referência de 2019/2020 (últimos dados constantes em <http://infoescolas.mec.pt/> e consultados em 07 de dezembro de 2022).

B - Gestão e Organização Escolar

Neste domínio, define-se o modo como o agrupamento se organiza e gere os seus recursos. Compreende ações com incidência na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, no funcionamento das estruturas e serviços, na rentabilização de recursos e promoção de parcerias, na formação e exercício da função docente e na articulação interdisciplinar e entre ciclos e níveis de ensino.

Objetivos	Estratégias	Metas
B1. Melhorar os processos de articulação curricular horizontal e vertical e as práticas interdisciplinares.	Implementação do Plano de Ação de Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE).	Alcançar, no mínimo, 80% das ações propostas no PADDE.
	Implementação de projetos/ atividades interdisciplinares de turma (articulação horizontal).	Planificar anualmente um projeto de articulação curricular por turma.
	Planeamento de reuniões interciclos (articulação vertical).	Realizar uma reunião anual entre educadores/professores nos anos de transição de ciclo. Realizar uma reunião anual de departamento para planificação disciplinar interciclos.
B2. Diversificar a oferta educativa e curricular.	Promoção de equilíbrio na oferta formativa de ensino secundário.	Alcançar, no mínimo, 35% de turmas de cursos profissionais.
	Promoção de uma oferta formativa de ensino secundário adequada à comunidade.	Criar cursos profissionais em áreas como saúde, informática, atividades de turismo, de lazer e desportivas, segurança e proteção de pessoas e bens.
B3. Promover práticas de organização e gestão do currículo e da aprendizagem para uma educação inclusiva.	Criação, sempre que possível, de turmas de Português Língua Não Materna (PLNM).	Atribuir apoio a PLNM a todos os alunos do agrupamento.
	Implementação, no Gabinete de Apoio ao Aluno, de valências diversas, nomeadamente para alunos estrangeiros e desportistas.	Implementar um sistema de acolhimento e acompanhamento de alunos estrangeiros e/ou desportistas.
	Promoção de competências psicossociais e orientação escolar.	Implementar, pelo Serviço de Psicologia e Orientação, um programa para a promoção de competências psicossociais e orientação escolar para o 4.º, 9.º, 11.º e 12º anos.

Objetivos	Estratégias	Metas
B4. Implementar uma cultura de trabalho colaborativo.	Criação de condições para o trabalho colaborativo entre docentes.	Estabelecer, nos horários dos docentes, uma hora para trabalho colaborativo.
B5. Implementar mecanismos de regulação das práticas pedagógicas.	Envolvimento de alunos, pais/encarregados de educação (EE) e pessoal não docente na definição de objetivos, implementação de atividades e avaliação das mesmas.	Reunir com Associações de Pais e Associação de Estudantes, no mínimo duas vezes por ano.
B6. Capacitar o pessoal docente de formação adequada.	Atualização do plano plurianual de formação, de acordo com as necessidades pessoais e profissionais dos docentes e do agrupamento.	Identificar anualmente as necessidades específicas de formação (por docente e por departamento).
		Realizar, por ano letivo, duas ações de formação para pessoal docente, propostas pelo agrupamento.
B7. Capacitar o pessoal não docente de formação adequada.	Atualização do plano plurianual de formação de acordo com as necessidades pessoais e profissionais dos não docentes e do agrupamento.	Identificar anualmente as necessidades específicas de formação (por não docente e por setor).
		Realizar, por ano letivo, uma ação de formação para pessoal não docente, proposta pelo agrupamento.
B8. Promover a participação ativa dos alunos no planeamento e desenvolvimento das atividades curriculares.	Participação ativa dos delegados e subdelegados de turma no conselho de turma.	Realizar, por ano letivo, uma atividade por conselho de turma com participação dos alunos na sua implementação.
B9. Valorizar a dimensão lúdica das Atividade de Enriquecimento Curricular (AEC) e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF).	Promoção de parcerias com Associações de Pais e sociedade civil.	Criar uma oferta essencialmente lúdica nas AEC e AAAF.

C - Cultura de Escola e Clima Educativo

Neste domínio, incluem-se ações que fomentem o desenvolvimento pessoal e o bem-estar dos membros da comunidade e a promoção da participação na vida da escola e da comunidade, que estimulem a disciplina, a segurança, o respeito mútuo, as relações entre os diferentes membros da

comunidade escolar, que valorizem o sucesso dos alunos e outras visando a melhoria de condições de trabalho dos vários agentes educativos.

Objetivos	Estratégias	Metas
C1. Promover o desenvolvimento pessoal e do bem-estar e da felicidade da comunidade educativa.	Criação, pelo Serviço de Psicologia e Orientação, de conteúdos digitais sobre temáticas/efemérides de relevância para o bem-estar da comunidade educativa.	Publicar, nas redes sociais do agrupamento, pelo menos nove conteúdos por ano letivo.
	Ações, para alunos, de sensibilização para a importância da saúde, da prática de uma alimentação saudável e da prática de atividade física regular.	Organizar ações que promovam a saúde mental abrangendo, em cada ano letivo, 75% dos alunos do pré-escolar e 1º ciclo, 5º, 8º e 10º anos.
		Organizar ações que promovam a alimentação saudável, abrangendo, em cada ano letivo, 75% dos alunos dos alunos do pré-escolar e 1º ciclo, 6º, 9º e 12º anos.
	Apoio ao bem-estar dos membros da comunidade educativa na perspetiva da felicidade individual e coletiva.	Promover a participação de forma regular nas atividades do Desporto Escolar em 20% dos alunos.
C2. Participar na vida da Escola/Meio (Cidadania).	Dinamização de Assembleias de Turma.	Implementar um sistema de monitorização da satisfação de felicidade individual e coletiva.
	Dinamização da Assembleia de Delegados e Subdelegados.	Organizar uma assembleia de turma por período letivo.
	Promoção dos Orçamentos Participativos (Municipal e Governamental).	Organizar pelo menos duas Assembleias de Delegados e Subdelegados dos 2.º e 3.º ciclos, e secundário, por ano/escola.
	Apoio à Associação de Estudantes (ESPR).	Implementar os Orçamentos Participativos em cada ano letivo.
	Promoção de ações de solidariedade.	Organizar e dinamizar pela Associação de Estudantes no mínimo três atividades por ano.
C3. Valorizar a disciplina e cumprir regras.	Aplicação célere e eficaz de medidas disciplinares.	Participar ou organizar no mínimo uma ação de solidariedade por ano letivo em cada escola.
C4. Promover uma cultura de responsabilização entre a comunidade educativa.	Aplicação das medidas disciplinares dentro dos prazos legais.	Comunicação célere e eficaz entre a escola e a família.
		O encarregado de educação deve ter conhecimento das participações disciplinares e das medidas aplicadas num prazo de 48h úteis.

Objetivos	Estratégias	Metas
C5. Melhorar o grau de satisfação da comunidade educativa.	Promoção de canais de comunicação bidirecionais com a comunidade educativa e seus representantes (Associação de Estudantes, Associações de EE, delegados de turma, representantes de EE...).	Reduzir para menos de 15% a atribuição da menção “Insuficiente” nos vários domínios do questionário de autoavaliação.
C6. Valorizar o sucesso dos alunos.	Valorização dos resultados escolares.	Organizar uma ação de reconhecimento público por ano letivo.
	Valorização dos resultados sociais.	Organizar uma ação de reconhecimento público por ano letivo.
C7. Contribuir para o desenvolvimento da comunidade envolvente.	Promoção da participação da escola em iniciativas locais, nacionais e internacionais.	Participar no mínimo em duas ações por ano letivo em cada escola.

6. Divulgação

O presente Projeto Educativo, após aprovação pelos órgãos competentes, deverá ser divulgado a todos os membros da comunidade educativa. Ficará, igualmente, disponível para consulta permanente: em suporte de papel nas Bibliotecas do Agrupamento, Serviços Administrativos, Associações de Pais e Associação de Estudantes; e editado em formato digital, na página de internet do Agrupamento.

7. Monitorização e Avaliação

A monitorização e a autoavaliação têm como objetivo analisar e descrever o estado atual do sistema, apoiando as decisões sobre esse diagnóstico e medir os níveis de concretização dos objetivos do Projeto Educativo na organização escolar.

Compete à equipa de autoavaliação definir um modelo de trabalho que vá ao encontro do requerido pela legislação e verificar o desenvolvimento do Projeto Educativo através da monitorização periódica dos indicadores e grau de consecução das metas definidas. Essa informação permitirá aos órgãos de gestão tomar decisões fundamentadas e garantirá a transparência sobre os processos em desenvolvimento, proporcionando uma reflexão sobre esses mesmos processos, de modo a alertar os agentes da comunidade educativa para a relevância das suas ações na implementação do Projeto Educativo.

Este processo deve ser sensível ao contexto da organização escolar e orientar-se pelas prioridades constantes nos seus documentos estruturantes, tendo em conta os recursos disponíveis.

Os relatórios anuais de avaliação intermédia e o relatório final são submetidos à análise e apreciação do Conselho Geral. São também enviados ao Conselho Pedagógico e por este órgão analisados, com vista à deteção de constrangimentos e, em caso de necessidade, à elaboração de propostas de reformulação a serem aprovadas pelo Conselho Geral.